



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



SECRETARIA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Arquivo Geral
-07-Nov-2017 10:16:03:09-1/2

MENSAGEM Nº 96/2017

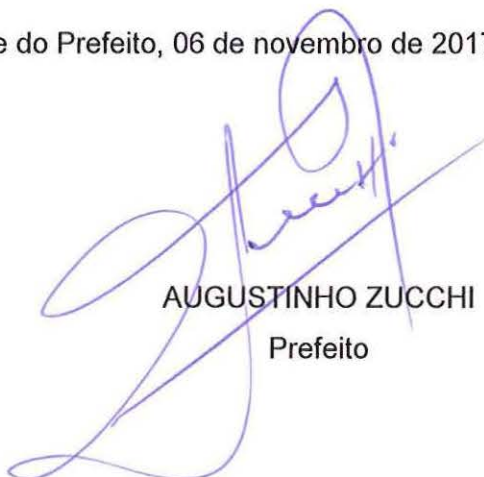
Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Com a presente Mensagem, encaminhamos Projeto de Lei solicitando autorização legislativa para abertura de **Crédito Especial** no Orçamento do Município, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por superávit de exercício anterior, destinado a conclusão das obras do Parque Ambiental Vitorio Piassa, visando proporcionar melhor qualidade de vida a população do Município de Pato Branco.

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, **em regime de urgência** antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2017.



AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 169 /2017

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Piassa	300.000,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.02	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gestão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Piassa	
4.4.90.51 – 511	Obras e Instalações	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 – Taxas – Prestação de Serviços	300.000,00
Total	300.000,00

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito



ASSESSORIA CONTÁBIL

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 169/2017

Busca o Executivo Municipal, através do Projeto de Lei nº 169/2017, obter autorização legislativa para abrir **Crédito Especial**, por Superávit Financeiro no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Projeto em análise acresce dotação orçamentária ao orçamento do Município para o exercício financeiro de 2017 por Superávit Financeiro do exercício de 2016, dentro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, destinado a conclusão das obras do Parque Ambiental Vitorio Piassa, buscando proporcionar melhor qualidade de vida a população do Município de Pato Branco.

- ↓ 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
- ↓ 12.02 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
- ↓ 18.541.0033.2.124 - Implantação do Parque Ambiental Vitorio Piassa
- ↓ 4.4.90.51 - Obras e Instalações
- ↓ Fonte - 511

A dotação orçamentária acima citada observa as especificações do Plano de Contas da Despesa para o Orçamento de 2017 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme segue:

4 4 90 51 00 00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.
-----------------	---------------------	---

O projeto tem amparo nos artigos 40, 41, inciso II e 42 na Lei nº. 4320/64, que trata dos créditos adicionais especiais que assim expressam:

"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo."

Como o crédito se relaciona com o orçamento anual as condições básicas para sua abertura é:

- ↓ a prévia autorização legislativa e
- ↓ a indicação de recursos.

Para dar cobertura ao crédito aberto, foram utilizados recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, com base no que disciplina o art.43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei nº 4320/64 que assim se reporta:



"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

A matéria encontra-se em conformidade com a Lei nº. 4.320/64, assim como Art. 167 da Constituição Federal que assim disciplina:

"Art. 167 – São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"

O superávit financeiro é o resultado apurado da diferença positiva entre Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, que são elementos constitutivos do Patrimônio Financeiro da entidade, sendo que o superávit financeiro é apurado no Balanço Patrimonial, conforme legislação em vigor.

O artigo. 43, § 1º, inciso I da Lei nº 4320/64 preceitua a comprovação do superávit através do Balanço Patrimonial.

Neste caso o documento anexado para comprovar o saldo existente, foi o Relatório da Execução Orçamentária – Balancete Financeiro por Fonte de Recurso, relativo ao ano de 2016, enviado pela contadoria da prefeitura municipal, como pode ser observado anexo, relacionado às fontes descritas abaixo que possuem saldo para tal crédito:

✚ 511 - Taxas - Prestação de Serviços

Os artigos 1º e 2º autorizam o Executivo a adequar as alterações promovidas pelo artigo 3º, ao Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para o exercício 2017 estando em conformidade com o que preceitua a legislação sobre a matéria, uma vez que ~~as três matérias orçamentárias devem estar compatíveis entre si.~~

O Projeto encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, em conformidade com as normas e com legislação que o regem.

É o parecer S.M.J.

Pato Branco, 13 de novembro de 2017.

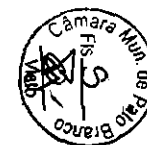
Márcia Regina Zanoelo
ASSESSORA CONTÁBIL
CRC-PR Nº 27.823/O-3

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Relatório da Execução Orçamentária
Balancete Financeiro por Fonte de Recurso
Exercício de 2016

Unidade Gestora :CONSOLIDADO

Fonte Recurso : 511 - Taxas - Prestação de Serviços

RECEITAS			DESPESAS	
ORÇAMENTÁRIA			ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES - Empenhada Líquida	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.317.764,93		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.130.952,41
RECEITA PATRIMONIAL	39.312,40		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	792.183,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	218.646,93	3.575.724,26		1.923.136,22
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL	
			INVESTIMENTOS	1.765.091,29
Totais		3.575.724,26	Totais	3.688.227,51
EXTRAORÇAMENTÁRIA			EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Contas a Pagar	3.688.227,51		Contas a Pagar	1.638.597,27
			Restos a Pagar	137.121,98
Interferências Financeiras Recebidas (Ingressos)			Interferências Financeiras Concedidas (Egressos)	
		3.688.227,51		1.775.719,25
Saldo Anterior(Contábil)		2.232.372,70	Saldo Atual	4.032.377,71
Total		9.496.324,47	Total	9.496.324,47
Saldo Financeiro Anterior		2.232.372,70	Saldo Financeiro Atual	4.033.063,71
Diferença do Saldo da Fonte		-	Diferença do Saldo da Fonte	-686,00





Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado,
conforme estabelecem os artigos 51 e 54, do Regimento Interno do
Poder Legislativo Municipal, o projeto de
Lei nº 169/2017.

Pato Branco, 13/11/2017.

Marco Antonio Augusto Pozza - PSD
Presidente





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



GABINETE DO VEREADOR MARCO ANTONIO AUGUSTO POZZA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER: Projeto de Lei n 169 /2017. Que autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no exercício de 2017, no valor de R\$300.000,00(Trezentos mil reais).

Súmula --: Projeto de Lei n 169/2017. Que autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no exercício de 2017, no valor de R\$300.000,00(Trezentos mil reais).

Refere-se ao **Projeto de Lei n 169/2017**. Que autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no exercício de 2017, no valor de R\$300.000,00(Trezentos mil reais). Autorizando alterar o programa da Lei n 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual no período de 2014 a 2017.

APÓS Analise entendemos que o projeto encontra-se apto a seguir seu tramite normal, em conformidade com as normas e com a legislação que o regem, emitimos o **PARECER FAVORAVEL** a aprovação da referida matéria.

Pato Branco, 16 de novembro de 2017.

MARCO ANTONIO AUGUSTO POZZA - PSD
PRESIDENTE - RELATOR

CLAUDEMIR ZANCO - PDT
MEMBRO

MARINÉS BOFF Gerhardt - PSDB
MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-16-NOV-2017-13:24-031159-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 169/2017

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Piassa	300.000,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.02	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gestão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Piassa	
4.4.90.51 – 511	Obras e Instalações	300.000,00

Total	300.000,00
--------------	-------------------

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 – Taxas – Prestação de Serviços	300.000,00

Total	300.000,00
--------------	-------------------

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



1ª Vara Cível da Comarca de Pat Branco – PR
Rua Maria Berto, 284 – Sãobargu – Pat Branco-PR
CEP: 33.501-560 Fone/Fax: (014) 3233-3448
e-mail: glicete@sanepar.com.br

JUIZ DE DIREITO – MACIEO CATANEO
ESCRIVÃO – ELAINE KURTZ
EDITAL PARA CONTECIMENTO
DE TERCEIRO
prazo de 60 sessenta dias

O DOUTOR MACIEO CATANEO, MM. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei de FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório respectivo, se processam aos termos legais, uma Ação de Desapropriação sob nº. 0002673-17.2017.8.16.0131, movida por Companhia de Saneamento do Pat Branco SANEPAR em face de Moacir Carlos Bertol, Margaret Formighieri Cantu, Margaret Iria Formighieri Bertol e Ademar Cantu, na qual foi juntado minuta de acordo entre as partes (mov. 37.1), conforme a seguir transcrita: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR, doravante denominada requerente expropriante, e MARGOT IRIA FORMIGHIERI BERTOL, MOACIR CARLOS BERTOL, MARGARETH FORMIGHIERI CANTU, e ESPÓLIO DE ADEMAR CANTU REPRESENTADO POR MARGARETH FORMIGHIERI CANTU, doravante denominados requeridos expropriados, todos já devidamente qualificados nos autos supra de ação de constituição de servidão administrativa, vêm, respectivamente, à presença de Vossa Excelência, para informar que TRANSIGIRAM nos seguintes termos: I- A requerente expropriante (COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR) promoveu a presente ação de constituição de servidão administrativa em faixas de terras de propriedade dos requeridos, com área de 2.129,70m², situada no imóvel de matrícula 37.834, registrado junto ao 1º ofício do Registro de Imóveis da comarca de Pat Branco-PR, com os seguintes detalhes (memorial descritivo juntado aos autos): Matrícula: 37.834 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da comarca de Pat Branco-PR. Imóvel Rural "Imóvel Cabana Casa de Pedras", desmembrado dos Imóveis Locar João Cadornia, Nelson Formighieri, Nelson Cadornia, Nelson Formighieri nº 01 e Imóvel João Cadornia, encravados na parte do lote rural nº 02, do Nícleo Pat Branco, situado no Município de Pat Branco-PR. Descrição: Inicia-se a descrição pelo eixo de servidão no vértice A45, de coordenadas N 7094.298,370m, situado distando aproximadamente a 97m da Estrada Pioneiro Sady Pedro Vignolo no limite com o imóvel Moacir Fariello, desde logo adentrando o imóvel Cabana Casa de Pedras, com o seguinte azimute e distância: 315°45'46" e 354,93m até o vértice A-46 de coordenadas N 7094.552,678m e E 336.792,171m, situado no limite com o imóvel de Cleodomir Luiz Assari, largura com uma extensão de 354,93m, a qual define o eixo de uma faixa de 6,07m de largura com área total de acatamento de 2.129,70m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° W e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. II- para pôr fim à demanda, a requerente expropriante pagará aos requeridos expropriados a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), valor este que será depositado nos autos no prazo de até 30 dias a contar da intimação da homologação deste acordo, III- requerem as partes a constituição da área servida supracitada (2.129,70m²-matricula 37.834 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pat Branco-PR) com nome da requerente COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR, expedindo-se mandado de registro da área mencionada, conforme descritivo constante do item I, o qual será retido e levado a registro pela expropriante requerente, IV- A servidão descrita no item I obriga os requeridos expropriados e seus herdeiros ou sucessores, em qualquer época ou circunstância, V- Os requeridos expropriados declaram expressamente sob pena de responsabilidade civil e penal que não existem quaisquer ônus ou ações reais ou pessoais reipersecutórias relativas aos imóveis em questão, inexistindo, ainda, débitos tributários de qualquer natureza, responsabilizando-se de modo expresso por eventuais ônus no registro das decorrentes. VI- Os requeridos expropriados, em nenhuma hipótese poderão edificar, plantar árvores ou arbustos nas faixas reservadas à servidão, permitindo inclusive, a expropriante e aos órgãos públicos Municipais e Estaduais, o livre acesso da área com vistas à fiscalização e manutenção das mesmas sempre que necessárias, VII- requerem as partes a expedição de editais pelo juízo para conhecimento de terceiros, os quais serão retirados para publicação pela requerente expropriante, conforme preceitos do art. 34 do Decreto-Lei 3365/41, VIII- a requerente expropriante arcará com as custas processuais, de expedição de editais e custas de registro, sendo que cada parte arcará com os honorários de seu respectivo advogado, IX- os requeridos expropriados apresentam nos autos as certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais, como condicional ao levantamento do valor da indenização depositado na forma do art. 34 do Decreto-Lei 3365/41, X- a presente transação é firmada em caráter irrevogável e irretroativo, pelo que os requeridos expropriados renunciam a qualquer que direito ou pretensão de reaver qualquer coisa a indenização ou reparação por danos materiais e morais, atuais ou futuros, não mais tendo a reclamar no que se refere ao objeto da presente demanda. Diante do exposto, requerem as partes a) a homologação do presente acordo, com fulcro no art. 22 do Decreto-Lei 3365/41, extinguindo-se o feito com resolução do mérito, na forma do art. 487, III "a" do diploma processual civil/2015, b) após a homologação do acordo, a expedição do competente mandado de registro da área servida, conforme item III supra, acompanhado das seguintes peças devidamente autenticadas: proutio inicial, matrícula do imóvel, planta da área servida, memorial descritivo, cópia do presente acordo, sentença homologatória, certidão de trânsito em julgado, c) após a homologação do acordo, a expedição de editais para conhecimento de terceiros, conforme item VII supra, os quais serão retirados pela requerente expropriante, após intimação, para conhecimento e publicação de edital, d) após comprovado nos autos o registro da área servida, o que será feito pela expropriante referente ao prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da intimação para retirada dos editais expedidos e mandado de registro, mediante apresentação da matrícula com o registro da área de servidão, e também o cumprimento do art. 34 do Decreto-Lei 3365/41 pelas partes (apresentação da certidão negativa de débitos dos imóveis pelos requeridos expropriados e publicação de edital para conhecimento de terceiros pela requerente expropriante), requerem as partes a expedição de alvará de levantamento em nome do I-advogado que representa os requeridos expropriados, do valor da indenização ora acordada, no importe de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com eventual correção monetária decorrente do depósito judicial. Nestes termos, pelo deferimento Pat Branco, 26 de outubro de 2017, profere-se sentença, cujo teor é o seguinte: Homologo por sentença, para que seja julgado o acordo, o termo de acordo realizado entre as partes e declarado extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Consta, das peças processuais e honorários advocatícios, na forma acordada, tendo em vista que o caráter consensual faz presumir acordo sobre ela. Não sendo pagas as custas processuais remanescentes, faculto à Escritura Pública a cobrança das suas próprias despesas. Expeçam-se os editais para conhecimento de terceiros. Fica dispensada as custas processuais remanescentes. Defiro a dispensa do prazo recursal, se requerido. Expeçam-se mandado de registro na forma requerida. Autorizo o levantamento dos valores na forma acordada, mediante a expedição de alvará judicial. Expeçam-se alvarás. Havendo requerimento mediante ofício de transferência, nos termos do artigo 906, parágrafo único, do Código de Processo Civil, defiro o pedido sem prejuízo de eventual cobrança de encargos da transferência devidos à instituição depositária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquivem-se, com as bases e marcações necessárias. Pat Branco, datado e assinado digitalmente, MACIEO CATANEO Juiz de Direito. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pat Branco, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de agosto de dois mil e dezessete. Eu _____ Isabel S. Cardoso – Assessor Jurídica, que subscrevi autorizada pela portaria 33/2012.

Isabel S. Cardoso
Ass. Jur. Jumentada
Port 33/2012
Assinatura Digital

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 6.054, DE 27 DE NOVOBRIO DE 2017
Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

A Câmara Municipal de Pat Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0039	Manutenção do Ensino	110.998,70

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a abrir a Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e Fortalecer a Alimentação e a Saúde em Crianças das CMIs e Escolas Municipais	110.998,70

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pat Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.306	Alimentação e Nutrição	
12.306.0039	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e Fortalecer a Alimentação e a Saúde em Crianças das CMIs e Escolas Municipais	
3.390.32 – 110	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	110.998,70
Total		110.998,70

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos do Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE-Camareira Merenda Escolar	110.998,70
Total	110.998,70

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.
AUGUSTINO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 8.227, DE 27 DE NOVOBRIO DE 2017
Abre Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

O Prefeito de Pat Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 2.053, de 27 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0039	Manutenção do Ensino	110.998,70

Art. 2º Fica alterada a ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.090	Manter, Ampliar e Fortalecer a Alimentação e a Saúde em Crianças das CMIs e Escolas Municipais	110.998,70

Art. 3º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Pat Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 110.998,70 (cento e dez mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12	Educação	
12.306	Alimentação e Nutrição	
12.306.0039	Manutenção do Ensino	
2.090	Manter, Ampliar e Fortalecer a Alimentação e a Saúde em Crianças das CMIs e Escolas Municipais	
3.390.32 – 110	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	110.998,70
Total		110.998,70

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos do Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
110 - MDE-Camareira Merenda Escolar	110.998,70
Total	110.998,70

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.
AUGUSTINO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 6.054, DE 27 DE NOVOBRIO DE 2017
Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

A Câmara Municipal de Pat Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a abrir a Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Passa	300.000,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pat Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.02	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gestão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Passa	
4.490.51 – 511	Obras e Instalações	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos do Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 – Taxas – Prestação de Serviços	300.000,00
Total	300.000,00

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.
AUGUSTINO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 8.228, DE 27 DE NOVOBRIO DE 2017
Abre Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Prefeito de Pat Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 2.053, de 27 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Fica alterada a ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Passa	300.000,00

Art. 3º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Pat Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.02	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gestão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitoria Passa	
4.490.51 – 511	Obras e Instalações	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos do Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 – Taxas – Prestação de Serviços	300.000,00
Total	300.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.
AUGUSTINO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2017

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 142/2017, de 08 de novembro de 2017, com abertura e julgamento em 24 de novembro de 2017, e verificado que não houve interposição recursal, eu José Roberto Bocalon, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 97/2017, ADJUDICO os objetos constantes dos seguintes itens, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 142/2017 para Registro de Preços, a Empresa, que apresentaram o menor preço, respectivamente conforme segue: ALFONSO MARANGON PRÉ-MOLDADOS - EPP, CNPJ Nº 15.278.412/0001-71; LOTE 01. Saude do Iguaçu dia 28 novembro de 2017. JOSÉ ROBERTO BOCALON, Pregoeiro.

HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apurou o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 142/2017 - SRP, de 08/11/2017, com abertura e julgamento em 24/11/2017 e não existindo interposição recursal, eu Mauro Cesar Cenci, Prefeito Municipal, torno público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 142/2017 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, a seguinte Empresa: ALFONSO MARANGON PRÉ-MOLDADOS - EPP, CNPJ Nº 15.278.412/0001-71. Gabinete do Prefeito Municipal de Saude do Iguaçu, PR, 28 de novembro de 2017. MAURO CESAR CENCI PREFEITO MUNICIPAL

extrato da Ata de Registro de Preços
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 142/2017. ATA Nº 174/2017 - ALFONSO MARANGON PRÉ-MOLDADOS - EPP, CNPJ Nº 15.278.412/0001-71.

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://amsap.dlcoms.com.br>, edição de 29/11/2017, conforme Lei Autorizativa nº1071 de 14 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2017

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 144/2017, de 10 de novembro de 2017, com abertura e julgamento em 28 de novembro de 2017, e verificado que não houve interposição recursal, eu Clovis Zanella, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 97/2017, ADJUDICO os objetos constantes dos seguintes itens, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 144/2017 para Registro de Preços, a Empresa, que apresentaram o menor preço, respectivamente conforme segue: JOEL LEANDRO BORGES 073550041969, CNPJ Nº 26.163.660/0001-87; LOTE 01 Itens - 01.02,03,04,05,06,07. Saude do Iguaçu dia 28 novembro de 2017. CLOVIS ZANELLA, Pregoeiro.

HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apurou o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 144/2017 - SRP, de 10/11/2017, com abertura e julgamento em 28/11/2017 e não existindo interposição recursal, eu Mauro Cesar Cenci, Prefeito Municipal, torno público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 144/2017 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, a seguinte Empresa: JOEL LEANDRO BORGES 073550041969, CNPJ Nº 26.163.660/0001-87. Gabinete do Prefeito Municipal de Saude do Iguaçu, PR, 28 de novembro de 2017. MAURO CESAR CENCI PREFEITO MUNICIPAL

extrato da Ata de Registro de Preços
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 144/2017. ATA Nº 173/2017 - JOEL LEANDRO BORGES 073550041969, CNPJ Nº 26.163.660/0001-87.

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://amsap.dlcoms.com.br>, edição de 29/11/2017, conforme Lei Autorizativa nº1071 de 14 de março de 2017.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.054, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal alterar ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Pizsa	300.000,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.01	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gestão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Pizsa	
4.4.90.51 - 511	Obras e Instalações	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 - Taxas - Prestação de Serviços	300.000,00
Total	300.000,00

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

Publicado por:
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini
Código Identificador:5C34D7C9

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/11/2017, Edição 1389
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 8.228, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Especial no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.054, de 27 de novembro de 2017, **DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 4.111/2013 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2014/2017, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	300.000,00

Art. 2º Fica alterada a ação da Lei nº 4.641/2015 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2017, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Piazza	300.000,00

Art. 3º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.02	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
18	Gestão Ambiental	
18.541	Preservar e Conservar o Ambiente	
18.541.0033	Preservar e Conservar o Meio Ambiente	
2.124	Implantação do Parque Ambiental Vitorio Piazza	
4.4.90.51 – 511	Obras e Instalações	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
511 – Taxas – Prestação de Serviços	300.000,00
Total	300.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de novembro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

Publicado por:
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini
Código Identificador:EE6EA8A6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 30/11/2017. Edição 1390
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 169/2017

Regime de urgência

MENSAGEM Nº 96/2017

RECEBIDA EM: 7 de novembro de 2017

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

(Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por superávit de exercício anterior, destinado a conclusão das obras do Parque Ambiental Vitorio Piassa, visando proporcionar melhor qualidade de vida a população do Município de Pato Branco)

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 8 de novembro de 2017.

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 13 de novembro de 2017

RELATOR: Marco Antonio Augusto Pozza – PSD

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 20 de novembro de 2017 – Aprovado com 7 (sete) votos e 3 (três) ausências.

Votaram a favor: Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – PMDB, Rodrigo José Correia – PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

Ausentes, os vereadores Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD e Vilmar Maccari – PDT.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 22 de novembro de 2017 – Aprovado com 6 (seis) votos e 4 (quatro) ausências.

Votaram a favor: Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – PMDB, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

Ausentes, os vereadores Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD e Vilmar Maccari – PDT.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 1009, de 22 de novembro de 2017.

SANÇÃO: Lei nº 5054, de 27 de novembro de 2017. Decreto nº 8228, de 27 de novembro de 2017.

PUBLICAÇÃO: Publicados na página B2 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7024 de 29 de novembro de 2017 e no sítio <http://www.diariomunicipal.com.br/amp> edição nº 1389 de 29 de novembro de 2017.